

06 JUN 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Só há improbidade administrativa se dolo for comprovado, decide TJ-RS

*Corte entendeu que "gratificação" paga por banca a oficiais de Justiça por diligências não caracteriza o crime, pois servidores não exigiam tais valores*

O pagamento de "gratificação" por escritório de advocacia a oficial de Justiça por diligências feitas não é improbidade administrativa. Segundo a 4ª Turma do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, como os servidores não pediam o pagamento nem faziam controle desses depósitos, não podem ser punidos por enriquecimento ilícito em decorrência do cargo, conforme prevê o artigo 9º da Lei de Improbidade Administrativa.

A decisão do TJ confirmou sentença que já havia julgado improcedentes as oito ações de improbidade ajuizadas contra advogados e oficiais de Justiça de Caxias do Sul. Para a corte, não ficou provado o dolo no recebimento do dinheiro e, por isso, não poderia haver responsabilização por enriquecimento ilícito.

## ***Sentença improcedente***

A juíza Maria Aline Vieira Fonseca, da 2ª Vara da Fazenda de Caxias do Sul, observou que o TJ-RS já apreciou inúmeras ações similares, em sua

maioria decidindo pela não configuração de ato de improbidade administrativa.

"Nas hipóteses em tela, é incontroverso o depósito de valores nas contas bancárias dos Oficiais de Justiça-réus, em momento posterior ao cumprimento das diligências determinadas pelo Juízo. Todavia, não aportaram aos autos provas indicando que os Oficiais de Justiça tinham conhecimento dos depósitos de valores ou, ainda, que tenham acertado com algum dos réus ou com prepostos da banca de advogados o pagamento de valores para o cumprimento de seu dever funcional, o que obsta o juízo condenatório", escreveu na sentença.

Para a juíza, só é possível falar em improbidade administrativa por enriquecimento ilícito se ficarem patentes a vontade e a consciência para o recebimento de vantagens indevidas pelo servidor.

Ela também pontuou que o depósito de valores na conta bancária dos oficiais de Justiça, por si só, não induz à existência de acerto prévio

entre eles e os demais réus. E mais: na época dos fatos, as contas bancárias destes servidores eram de conhecimento público; ou seja, qualquer pessoa podia depositar valores nestas contas sem precisar da autorização do titular.

06 JUN 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Aroldo Murá

# Argumento da defesa de Temer foi construído por jurista paranaense

O processo de cassação da chapa Dilma-Temer, aberto em 2014, deve finalmente ser analisado pelo Tribunal Superior Eleitoral nesta terça-feira (6/6). Tanto a defesa da ex-presidente Dilma Rousseff quanto a do presidente Michel Temer apresentarão uma tese levantada pelo advogado paranaense Luiz Fernando Pereira, especialista em legislação eleitoral e doutor em Processo Civil pela UFPR. A tese é de que informações colhidas nos depoimentos resultantes de delações premiadas – como as que foram feitas pelo marqueteiro João Santana – não devem afetar o processo eleitoral.

Pereira, sócio do escritório Verna-lha, Guimarães & Pereira Advogados, também aponta que caso o TSE determine a cassação, a saída de Temer pode demorar meses. Isso porque, além da publicação, é preciso aguardar o julgamento dos embargos de declaração. A decisão do TSE também é passível de recurso no Supremo Tribunal



Luiz Fernando Casagrande Pereira (ao lado) e Michel Temer



Federal (STF), mas sem efeito suspensivo. Isso significa que Temer pode ficar no cargo até que o STF conclua o julgamento de um eventual recurso.

## BETO RICHA PASSA BEM

Depois de sete dias no "estaleiro", recuperando-se de operação na coluna, feita em Curitiba, o governador Beto Richa voltou a enfrentar o dia a dia do Palácio Iguçu. Passa bem, é o que informam fontes de seu Gabinete.

**06 JUN 2017**

## **INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

### **Série de encontros busca melhorar gestão de precedentes em tribunais**

Em seminário na sexta-feira (26), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) encaminhou proposta de parceria com o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) para aprimorar a gestão do sistema de precedentes e a integração entre os tribunais. O evento foi o primeiro de uma série de encontros que serão realizados em diversos tribunais em todo o país.

### **STJ divulga principais decisões da corte sobre poder de polícia**

O Superior Tribunal de Justiça compilou as principais decisões sobre poder de polícia na 82ª edição do Jurisprudência em Teses, que reúne entendimentos recentes da corte sobre temas específicos. Um dos casos em destaque é a decisão do STJ que isenta as balanças oferecidas por farmácias como cortesia aos clientes de passarem por teste do Inmetro.

06 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Na véspera de julgamento, PF manda 84 questões a Temer

Ele tem 24 horas para se manifestar,  
mas pode optar por não responder

**Nesta terça, TSE  
começa a julgar o  
processo que pode  
cassar o mandato  
do presidente**

O rumo da crise política em que mergulhou o governo Michel Temer começa a ser definido nesta terça-feira (6), quando o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) retoma o julgamento do processo que pode cassar, pela primeira vez na história, o mandato de um presidente da República.

Os sete ministros da corte decidirão se houve abuso de poder político e econômico na eleição de 2014 pela chapa formada por Dilma Rousseff (PT) e Temer (PMDB).

Aumentando o grau de incerteza política, nesta segunda (5), véspera do julgamento, a Polícia Federal enviou a Temer um questionário com 84 perguntas relacionadas à investigação sobre inquérito em que o presidente é acusado de corrupção, obstrução de justiça e formação de quadrilha em razão de suas relações com a JBS.

O presidente tem 24 horas para responder. A defesa do peemedebista considerou a proximidade desse prazo com

o julgamento do TSE uma tentativa do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de “constranger” o tribunal a condenar Temer.

Os advogados avaliam se o presidente vai responder aos questionamentos ou exercer o direito de ficar em silêncio. Cogitam, também, pedir extensão do prazo de resposta.

O julgamento no TSE foi iniciado no fim de 2014 e interrompido em abril deste ano, quando voltou à fase de instrução para depoimentos de novas testemunhas — como ex-dirigentes da Odebrecht e os ex-marqueteiros petistas João Santana e Mônica Moura.

Até quinta-feira, os ministros votarão se a chapa Dilma-Temer deve ser cassada pelas irregularidades na campanha, se apenas a ex-presidente deve ser punida ou se ambos devem ser absolvidos. O desfecho pode ser adiado caso haja pedido de vista.

Se os ministros decidirem pela cassação da chapa, o presidente poderá recorrer, no cargo, ao TSE e o STF (Supremo Tribunal Federal).

Em memorial entregue aos ministros do TSE, uma espécie de resumo dos argumentos de defesa, os advogados

de Temer afirmam que é “inimaginável” a cassação de uma chapa presidencial com base em delações.

Para a defesa do presidente, os temas tratados pela Odebrecht não deveriam fazer parte dos processos, por fugir do escopo inicial da abertura das ações.

Os advogados defendem que o processo deveria ficar restrito à pauta original, que tratava apenas de investigação de desvio de recursos da Petrobras para a campanha.

“Do exposto, em nenhum depoimento — absolutamente nenhum — foram confirmadas doações de recursos provenientes de contratos da Petrobras para a campanha presidencial de 2014. Somente esta conclusão deveria ser enfrentada nesta ação, no que toca à arrecadação, dada a limitação decadencial de causa de pedir”, afirma a defesa do peemedebista.

**CONTINUA**

### AVALIAÇÃO

Apesar da piora do cenário político, principalmente após a prisão do ex-deputado e ex-assessor presidencial Rodrigo Rocha Loures, no sábado (3), Temer disse a aliados acreditar que sairá vitorioso do julgamento.

A defesa do presidente levou ao Planalto o diagnóstico de que a maior parte dos ministros tende a dar votos técnicos, o que indicaria um peso reduzido da crise sobre a decisão do plenário.

Nesse cenário, os advogados avaliam que não há argumentos suficientes para a formação de uma maioria que leve à cassação do presidente. Eles ponderam, entretanto, que a divulgação de novos detalhes relacionados à investigação aberta contra o peemedebista tem o potencial de contaminar a corte.

Com perspectivas otimistas para o TSE, o governo traça uma estratégia para resistir a ataques imediatos que espera sofrer da PGR (Procuradoria-Geral da República) e do STF, assim que o julgamento estiver concluído.

### DISCURSO

Temer já atua na elaboração de um discurso na tentativa de se blindar no Congresso contra denúncia que Janot deve apresentar conta ele.

A acusação precisa ser aprovada por dois terços da Câmara (342 deputados) para que o presidente seja processado no STF — e o Planalto acredita que conseguirá manter o apoio de 172 parlamentares para barrar o prosseguimento desse processo.

Temer vai apostar no espírito de corpo dos deputados ao dizer que, caso a denúncia contra ele seja aceita, a Lava Jato ganha ainda mais força, a ponto de ameaçar toda a classe política, e que os próprios parlamentares poderiam perder seus mandatos no futuro. (BELA MEGALE, BRUNO BOGHOSSIAN, CAMILA MATTOSO E MARINA DIAS)

### O INÍCIO DO FIM

TSE começa julgamento da chapa Dilma-Temer

#### Quem propôs a ação no TSE?

O PSDB, derrotado nas eleições de 2014  
> Entrou com **quatro** ações entre out.14 e jan.15  
> **Acusação:** abuso de poder político e econômico

#### JULGAMENTO

O TSE prevê três dias de julgamento

Dia	Horários
6.jun (ter)	19h
7.jun (qua)	9h
8.jun (qui)	9h e 19h

FASE	FALA
<p><b>1</b></p> <p><b>Apresentação do relatório</b></p>	<p>O relator Herman Benjamin pode ler o relatório, dar detalhes, falar das investigações, documentos e provas</p>
<p><b>2</b></p> <p><b>Sustentação oral</b> O julgamento pode atrasar se advogados apresentarem questões de ordem e elas forem aceitas pela corte, interrompendo o julgamento</p>	<p>&gt; Advogado de acusação &gt; Advogado de defesa de Dilma &gt; Advogado de defesa de Temer &gt; Representante do Ministério Público</p>
<p><b>3</b></p> <p><b>Votos</b> Na ordem, cada membro vota e apresenta as razões de sua decisão</p> <p>O julgamento pode ser paralisado se algum membro da corte pedir vista, suspensão temporária para analisar o caso. Não há prazo estabelecido para retomada do julgamento</p>	<p><b>Os Juízes</b></p> <div style="display: flex; flex-wrap: wrap;"> <div style="width: 50%; text-align: center;">   <b>1º - Herman Benjamin</b> </div> <div style="width: 50%; text-align: center;">   <b>2º - Napoleão Nunes</b> </div> <div style="width: 50%; text-align: center;">   <b>3º - Admar Gonzaga</b> </div> <div style="width: 50%; text-align: center;">   <b>4º - Tarcisio Vieira</b> </div> <div style="width: 50%; text-align: center;">   <b>5º - Luiz Fux</b> </div> <div style="width: 50%; text-align: center;">   <b>6º - Rosa Weber</b> </div> <div style="width: 50%; text-align: center;">   <b>7º - Gilmar Mendes</b> </div> </div>

CONTINUA

06 JUN 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

#### O QUE PODE ACONTECER

- 1. Ação improcedente: ninguém sofre punição
- 2. Ação parcialmente procedente: apenas Dilma punida, por exemplo, e Temer poupado
- 3. Ação totalmente procedente: cassação de Temer e Dilma se torna inelegível
- 4. Tribunal pode determinar que processo volte ao estágio de elaboração de provas

#### HÁ RECURSO?

Sim, tanto no TSE quanto no STF (Supremo Tribunal Federal), **em três dias** após a publicação do acórdão

#### PRESIDENTE SAI OU FICA?

Afastamento imediato do presidente ou possibilidade de recorrer no cargo **será decidido no julgamento**

06 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

## A conspiração de Temer

**BRASÍLIA.** A defesa de Michel Temer quer convencer o país de que o presidente é vítima de uma conspiração. Ela envolveria um empresário espertalhão, a Polícia Federal, a Procuradoria-Geral da República e ministros de tribunais superiores. Todos teriam se unido à culpada de sempre, a imprensa, num ardiloso complô para derrubar o governo.

O primeiro alvo desse discurso foi o ministro Herman Benjamin. Ele é o relator do processo que pede a cassação da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral. O caso deve ser retomado nesta terça, depois de mais de 900 dias sem julgamento.

No início, aliados de Temer propagaram que Benjamin estaria em busca de holofotes. Como a pressão não colou, passaram a atacar sua atuação na corte. O ministro teria praticado "ilicitudes" e "abuso de poder" para forçar uma condenação.

O objetivo desses argumentos é desqualificar o juiz e levar o TSE a descartar dezenas de provas de fraude na campanha de 2014. Isso signi-

ficaria fazer de conta que a Lava Jato inexistente e que os depoimentos de Marcelo Odebrecht, João Santana e outros delatores nunca ocorreram.

Com o agravamento da crise, Temer diversificou os alvos. A metralhadora começou a girar após a prisão de Rodrigo Rocha Loures, o deputado da mala. Agora vale tudo para atingir o procurador Rodrigo Janot, o ministro Edson Fachin, os delegados da PF e o empresário Joesley Batista.

O dono da JBS, que tinha acesso livre à casa do presidente, virou um "bandido" e um "fanfarrão". A PF, que flagrou a entrega de propina a um assessor de Temer, teria armado uma "cilada". O sereno Fachin se tornou um implacável inquisidor.

No domingo, o advogado do presidente disse que Janot prepara a divulgação de um áudio explosivo para "constranger" o TSE. Foi um tiro ousado, porque permitiu concluir que há mais gravações comprometedoras contra o presidente. Pelo visto, Temer também embarcou na conspiração contra Temer.



# FOLHA DE S. PAULO

## HÉLIO SCHWARTSMAN

### Pelas tangentes

06 JUN 2017

**SÃO PAULO-** Tirar ou não Michel Temer da Presidência numa ação relativa à campanha eleitoral que elegeu Dilma? Essa é a dúvida que deve assaltar os sete ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Até há pouco, o julgamento tinha outra dimensão. Dava-se como certo que a corte ou encontraria uma argumentação jurídica para conservar o mandato de Temer ou procrastinaria o processo até que ele perdesse a razão de ser. Mas, depois das explosivas denúncias de Joesley Batista, o juízo no TSE passou a ser visto como “saída honrosa” para a crise.

Não há mais dúvida de que a chapa Dilma-Temer foi alimentada por recursos ilícitos em grande escala. Cassá-la, portanto, seria um caso de justa aplicação da lei com o bônus de ajudar a resolver a encrenca política.

O que pode estar provocando hesitações nos ministros é que, por mais que existam elementos fáticos e jurídicos para anular a vitória da chapa, é difícil não ver nessa solução uma espécie de efeito gambiarra, já que estaríamos utilizando um atalho. Temer, afinal, não estaria sendo removido do cargo pelos crimes de que é acusado, mas pela feliz coincidência de existir um processo inconcluso contra Dilma que o arrasta com ela.

Num plano mais doutrinário, também se contesta a abrangência da legislação, que permite ao TSE interferir num resultado eleitoral quase três anos após o pleito. A simples possibilidade de fazê-lo vai contra o princípio da estabilidade eleitoral e da segurança jurídica. Isso, porém, são favas contadas, pois o STF já declarou que esse dispositivo é constitucional.

Quaisquer que sejam as objeções teóricas e jurídicas à cassação, a questão, me parece, é antes moral e política. Não dá para fingir que não vimos Temer numa situação absolutamente inapropriada com um empresário que confessou ter distribuído propina por toda a República. Se o TSE tem a melhor chance de arrumar as coisas, ainda que pelas tangentes, não vejo por que não utilizá-la.

06 JUN 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### Após audiências, STF vai decidir sobre WhatsApp

DE BRASÍLIA - Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) Edson Fachin e Rosa Weber encerraram a audiência pública sobre suspensão judicial do WhatsApp e a possibilidade de interceptação das conversas pelo aplicativo nesta segunda-feira (5) afirmando que "tomarão uma decisão que seja correta e justa".

Ambos passaram dois dias ouvindo especialistas, inclusive o cofundador do WhatsApp, Brian Acton, para relatar dois processos que tramitam sob sua relatoria no STF e que questionam a constitucionalidade da suspensão e a possibilidade de que o aplicativo colabore com a Justiça em investigações abrindo a comunicação entre usuários.

Acton disse que sua empresa desenvolveu um sistema de criptografia indecifrável. Como as chaves de segurança pertencem aos usuários, a empresa não tem como acessá-las, afirma.

MÔNICA BERGAMO

#### LEITURA

Rodrigo Rocha Loures, que em breve fará companhia a Funaro na Papuda, está "sereno, tranquilo e recebendo tratamento da maior gentileza dos policiais federais", segundo o advogado dele, Cezar Bitencourt. O ex-deputado está lendo também romances e livros sobre crimes contra a administração pública de autoria do próprio Bitencourt.

06 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Homicídio de negro e jovem cresce no país, aponta estudo

Taxa de assassinatos no grupo de 15 a 29 anos subiu 17% entre 2005 e 2015

**Enquanto houve um crescimento de 18% no índice de homicídio de negros, mortalidade de não negros caiu 12%**

LUIZA FRANCO  
DO RIO

Uma realidade histórica do Brasil se tornou ainda mais dramática nos últimos anos: cada vez mais jovens e negros morrem no Brasil. É o que mostra o relatório Atlas da Violência 2017, divulgado na manhã desta segunda (5).

Elaborado pelo Ipea (instituto ligado ao governo federal), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o estudo analisou dados do Ministério da Saúde disponíveis até 2015.

Naquele ano, houve, no Brasil, 59 mil homicídios, o que equivale a uma taxa de 28,9 por 100 mil habitantes.

“É equivalente a um avião caindo todos os dias no Brasil”, diz Samira Bueno, diretora executiva do fórum. “Em apenas três semanas o total de assassinatos no país supera a quantidade de pessoas

que foram mortas em todos os ataques terroristas no mundo, nos cinco primeiros meses de 2017”, compara o relatório.

O perfil típico das vítimas fatais: homens, jovens, negros e de baixa escolaridade.

Segundo o relatório, o ritmo de crescimento de homicídios contra jovens vinha em

queda —de 20,3% na década de 1990 para 2,5% na de 2000.

Entre 2005 e 2015, no entanto, houve um aumento de 17,2% nessa taxa entre indivíduos de 15 a 29 anos —alcançando a marca de 60,9 para cada grupo de 100 mil jovens.

A violência também avançou contra negros entre 2005 e 2015. Enquanto houve um crescimento de 18,2% na taxa de homicídio de negros, a mortalidade de indivíduos não negros diminuiu 12,2%.

Os autores do estudo estimam que um negro tem chances 23,5% maiores de sofrer assassinato em relação a cidadãos de outras raças/cores, já descontado o efeito da idade, sexo, escolaridade, estado civil e bairro de residência.

## ARMAS

A arma de fogo foi a principal causadora de mortes em 2015: 71,9% dos homicídios.

Segundo o relatório, depois da redução nas mortes por armas de fogo após o Estatuto do Desarmamento, observou-se um incremento nas mortes nos últimos anos —sobretudo no Norte e Nordeste, os lugares onde mais cresceram as taxas de homicídio.

No que diz respeito à distribuição geográfica dos homicídios, o Nordeste segue como líder nesse crime. O Estado de São Paulo teve a maior variação negativa na taxa —queda de 44,3%. No entanto, diz o estudo, há uma proporção grande de mortes violentas por causa indeterminada.

**CONTINUA**

# VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA

# CONTINUAÇÃO

Perfil das pessoas que são assassinadas no Brasil

06 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

## COR

Taxa de homicídios no país por 100 mil hab.

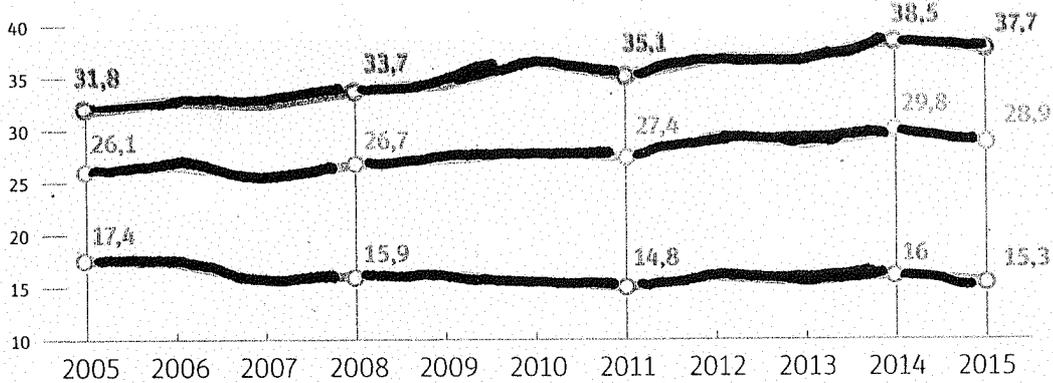
■ Negros ■ Não negros ■ Total

**59.080**

homicídios em 2015 no Brasil

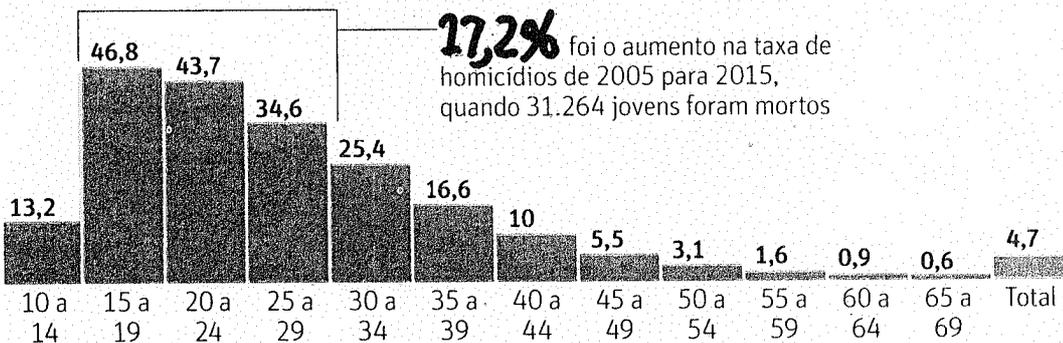
**71%**

das vítimas de homicídio no Brasil são negras



## IDADE

Proporção de óbitos causados por homicídios (2015), em %



## SEXO

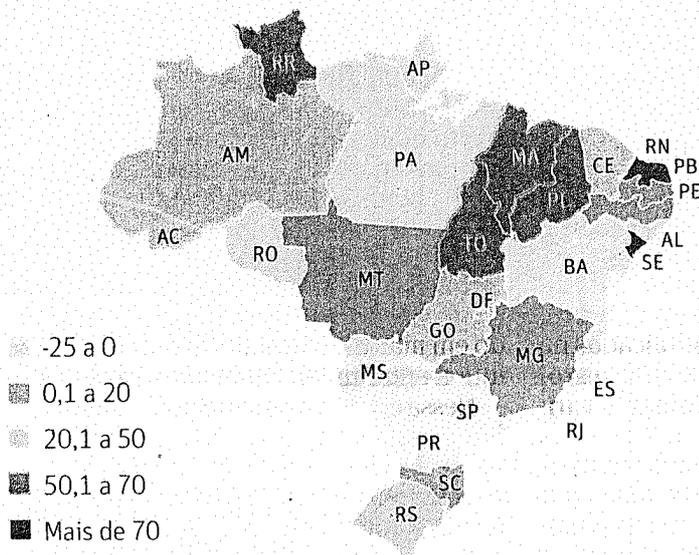
Proporção de óbitos causados por homicídios (2015), em %

Homens **7,7**  
Mulheres **0,8**

**92%** das vítimas de homicídio em 2015 eram homens

## LOCAL

Variação na taxa de homicídios entre 2005 e 2015, em %



### Cidades mais pacíficas\*

- > Jaraguá do Sul (SC)
- > Brusque (SC)
- > Americana (SP)
- > Jaú (SP)
- > Araxá (MG)

### Cidades mais violentas\*

- > Altamira (PA)
- > Lauro de Freitas (BA)
- > Nossa Sra. do Socorro (SE)
- > São José de Ribamar (MA)
- > Simões Filho (BA)

\*Com população superior a 100 mil habitantes

Fonte: Atlas da Violência (Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública), com base em dados do Ministério da Saúde até 2015

06 JUN 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## Ex-servidora é condenada a devolver verba desviada

Loriane Comeli  
*Reportagem Local*

O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, condenou uma ex-servidora da Acesf (Administração de Cemitérios e Serviços Funerários) a devolver ao erário o montante de R\$ 36.977,76, valor do qual teria indevidamente se apropriado. Entre janeiro e setembro de 2015, a então servidora teria ficado com valores pagos por pelo menos dez pessoas que utilizaram os serviços da Acesf. A decisão, proferida nesta sexta-feira (2), também aplicou multa de R\$ 25,8 mil à acusada e a condenou à suspensão dos direitos políticos por oito anos.

A ex-funcionária, que não contestou a ação, foi demitida da Prefeitura em agosto do ano passado, após a conclusão de um processo administrativo disciplinar pelos mesmos fatos. Ela também está sendo cobrada, administrativamente, a restituir o valor desviado. Nem ela nem seu advogado foram localizados.

Para decidir a demanda, ajuizada em setembro do ano passado pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, o juiz baseou-se nas conclusões da Corregedoria do Município, que, entre outras provas, tomou o depoimento de quatro pessoas que usaram os serviços da Acesf e todas confirmaram ter pagado

para a ex-servidora valores em dinheiro que simplesmente desapareceram. “Os fatos ocorreram na senha da servidora, com os recibos assinados pela servidora, e apenas no interregno de nove meses em que esteve laborando neste setor”, concluiu a Corregedoria.

Para o juiz, a conduta da servidora se reveste de gravidade, já que “cometeu ato de improbidade que corresponde ao tipo penal de peculato-furto”. “Trata-se, em suma, de violação ao mais básico e elementar de todos os deveres de um servidor público: o de agir, no trato da coisa pública, com honestidade, probidade e observância ao princípio constitucional da moralidade administrativa”, escreveu o magistrado. “... é algo de todo inadmissível manter no cargo o agente que, agindo com dolo, se apropriou de bens ou valores pertencentes ao Erário!” Cabe recurso.

# FOLHA DE LONDRINA 06 JUN 2017

## Paraná registra nove assassinatos por dia

Segundo o Atlas da Violência, mais de 35 mil pessoas foram mortas no Estado entre 2005 e 2015; Piraquara ocupa a oitava posição entre as cidades mais violentas do País

Viviani Costa

Reportagem Local

**M**ais de 580 mil foram assassinados no Brasil em um período de 11 anos. É o que aponta o Atlas da Violência 2017, estudo realizado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. No mesmo intervalo, entre 2005 e 2015, o Paraná registrou 35.626 vítimas de homicídio, o que corresponde a, aproximadamente, 3.239 mortes por ano ou nove por dia. A pesquisa, divulgada nesta segunda (5), considerou dados do Ministério da Saúde e do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, elaborado pelo Fórum.

Duas cidades do Estado aparecem entre as 30 mais violentas do País. Piraquara e Almirante Tamandaré, ambas na Região Metropolitana de Curitiba, ocupam a 8ª e a 17ª posição, respectivamente. Os pesquisadores consideraram as taxas de homicídios e os números de MVCI (Mortes Violentas com Causa Indeterminada); quando o óbito ocorre de forma não natural e os profissionais não conseguem identificar os motivos. As taxas são calculadas na proporção para cada 100 mil habitantes.

Em 2015, 83 homicídios foram registrados em Piraquara e oito pessoas tiveram mortes

violentas sem identificação das causas. Já Almirante Tamandaré registrou 72 assassinatos e 14 MVCI. O estudo considerou 304 municípios do País com mais de 100 mil habitantes em 2015. Os classificados como mais violentos foram Altamira (PA), Lauro de Freitas (BA) e Nossa Senhora do Socorro (SE).

Para o pesquisador do Ipea e conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Daniel Cerqueira, os números são alarmantes e resultado da falta de políticas públicas de qualidade para o setor. "O Brasil hoje responde por mais de 10% do total de homicídios no mundo. Em três semanas, o que se morre aqui é mais do que o registrado nos cinco primeiros meses deste ano em todos os atentados terroristas do mundo, incluindo o de Manchester, na Inglaterra", afirmou. Segundo o Mapa do Terrorismo, elaborado por entidades internacionais, ocorreram 498 atentados em 2017 que resultaram em 3.314 mortes. Em 2015, o Brasil registrou 59.080 homicídios - quase 5 mil mortes por mês.

Houve aumento da criminalidade na Região Metropolitana de Curitiba. Araucária, Colombo e São José dos Pinhais fazem parte da lista das 100 mais violentas do País. Curitiba está na 154ª posição, com 518 homicídios em 2015 e 83 mortes com causa indeter-

minada. Londrina ocupa a 203ª colocação, com 117 assassinatos e oito mortes violentas sem causa determinada. Já Maringá é considerada a 30ª cidade menos violenta do País, com 43 vítimas de homicídio e duas MVCI.

A violência, conforme o pesquisador, se deve a questões socioeconômicas e demográficas. Segundo ele, houve crescimento da criminalidade nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Em todo o Brasil, 111 municípios - ou 2% do total - responderam por metade dos homicídios registrados. "Há uma incapacidade geral da sociedade de se sensibilizar com essa grande tragédia humanitária que a gente vive no Brasil e uma incapacidade também do Estado de propor políticas públicas efetivas. O que a gente vê, via de regra, seja nos governos federal, estaduais e municipais, são ações pontuais e midiáticas onde as autoridades respondem a uma comoção pontual. Nós não temos políticas sérias baseadas em planejamento, diagnóstico, monitoramento e gestão", concluiu Cerqueira.

**CONTINUA**

06 JUN 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

No Paraná, a quantidade de homicídios permaneceu praticamente estável no período analisado, mesmo diante do crescimento populacional. Em 2005, 2.977 pessoas morreram. Onze anos depois, 2.936 vítimas foram registradas. No período, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), houve um crescimento populacional de 9%. De acordo com a Sesp (Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária), investimentos e contratações realizados nos últimos anos resultaram na diminuição da quantidade de homicídios para cada 100 mil habitantes. Em 2010, o índice foi de 30,4 para cada 100 mil habitantes. Em 2016, a proporção foi de 22,02.

“Especificamente na Região Metropolitana de Curitiba, na qual se incluem os municípios de Almirante Tamandaré e Piraquara, a queda foi expressiva: de 683 homicídios registrados em 2015, o número caiu para 600 em 2016. Redução de 12,1%”, informou a secretaria.

CONTINUA

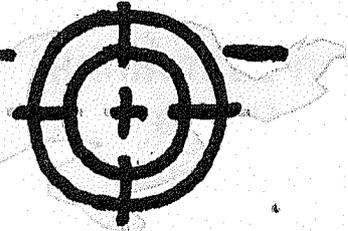
# 06 JUN 2017

## FOLHA DE LONDRINA

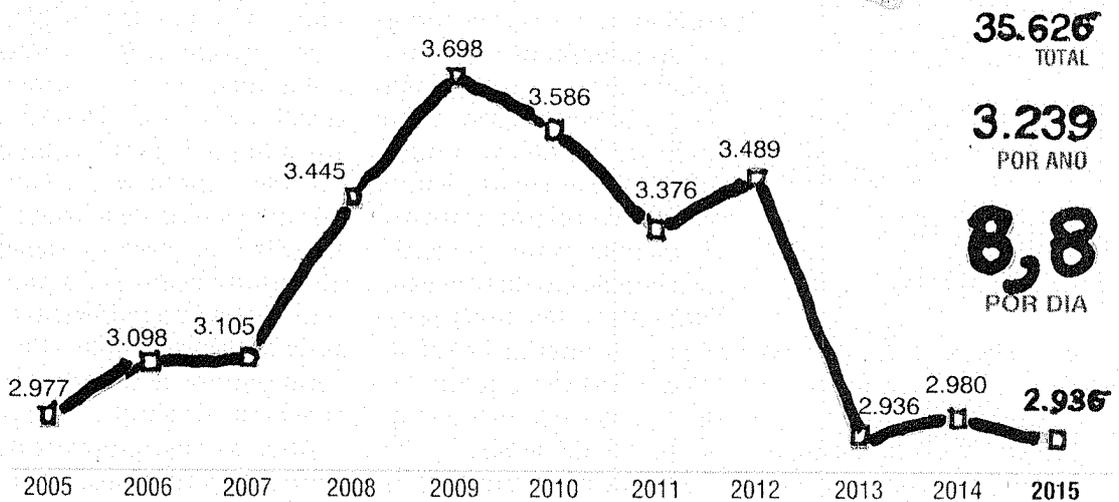
CONTINUAÇÃO

### VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA

Mais de 35 mil assassinatos foram registrados no Paraná em 11 anos



NÚMERO DE HOMICÍDIOS

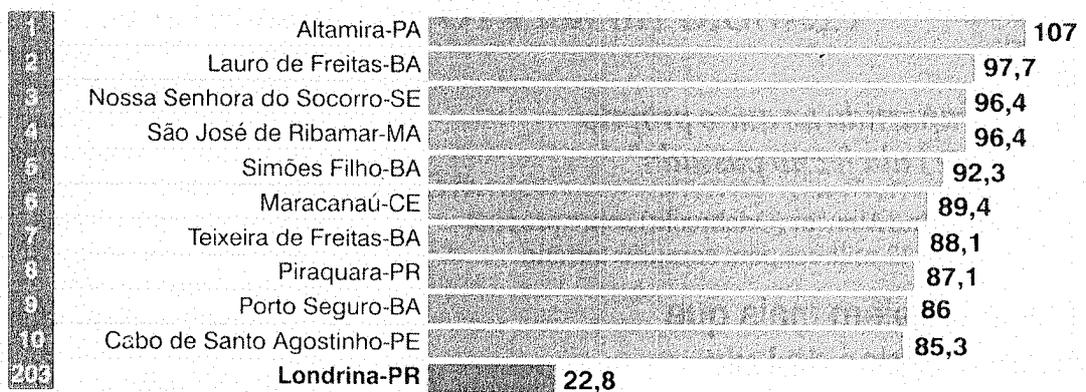


Fonte: Atlas da Violência 2017

Folha Arte

### CRIMINALIDADE EM ALTA

Paraná tem um município entre os dez mais violentos



Fonte: Atlas da Violência 2017

Folha Arte

06 JUN 2017

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### Juízes corruptos

O deputado federal Rubens Bueno (PPS-PR) quer incluir na pauta de votações da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 163/2012) que extingue o privilégio da aposentadoria compulsória para magistrados envolvidos em corrupção. Atualmente, os juízes são vitalícios e só perdem os cargos e, conseqüentemente, as respectivas aposentadorias, por decisão judicial transitada em julgado, desde que seja por ação penal por crime comum ou de responsabilidade.

### MAZZA

#### Folclore

O senador Roberto Requião sugere que seu ex-assessor, hoje de Michel Temer, Rocha Loures abra a alma. Até agora o que ele abriu foi a mala, anverso de alma como também de lama.

ANTONIO CARLOS CANTONI

## Delação premiada da JBS e os privilégios dos irmãos Batista

Muito se discute na mídia sobre os privilégios obtidos pelos proprietários da JBS na delação premiada junto à PGR (Procuradoria Geral da República) e homologada pelo ministro Edson Fachin, do STF. Primeiramente, é preciso reconhecer que os irmãos Batista não estavam denunciando nenhum "gato pingado", mas grande parte da elite brasileira que ocupa o poder havia mais de 500 anos.

Esquecem esses críticos que o sucesso de Hitler com o seu projeto imundo de dominação da humanidade decorreu justamente da premiação concedida aos delatores, quando no ápice do nazismo até mesmo os filhos denunciaram seus próprios pais como forma de subirem de postos na hierarquia do poder.

A JBS, pelo que se sabe, obteve financiamentos lícitos e fez ótimos investimentos, especialmente, no exterior; todavia, continua com a dívida transparente junto aos órgãos públicos, especialmente o BNDES. Não fosse a brilhante advogada Janaina Paschoal descobrir que o dinheiro da propina proveniente de "investimentos" secretos da Petrobras e do BNDES em "campos secos" na África terem retornado ao Brasil, certamente, ainda hoje teríamos essa mesma quadrilha credenciada a assaltar os cofres públicos da nação.

A Odebrecht, por sua vez, superfaturou as obras por ter encontrado facilidades em troca de propinas milionárias na certeza da impunidade. Assim, não fossem os esforços na nova classe de delegados federais, procuradores da República e magistrados convencerem os delatores de que não poderiam pagar sozinhos pelos crimes cometidos, enquanto seus cúmplices pudessem continuar soltos, certamente delação alguma teria ocorrido e nenhum patrimônio teria sido recuperado.

A crítica, para ser justa, deve sempre ser acompanhada de uma razão. O que é mais importante para o país? Conhecer os autores dos crimes praticados pelos verdadeiros tiranos que destroem nosso país e recuperar o produto do roubo, ou morrer de inveja em saber que os ir-

mãos Batista estão "passeando" pelo Central Park em Nova York?

Certamente, esses críticos fariam parte da quadrilha ou estariam com inveja do sucesso repentino dos irmãos Batista assim descrito por Charlie P. Kindelberger quando descreve o sentimento humano: "Não há nada tão perturbador para o bem-estar e bom senso de alguém quanto ver um amigo ficar rico", ou mesmo de Leandro Karnal: "Há aqueles que simplesmente não podem tolerar que você tenha o que eles desejam". Para conhecer se os críticos tem alguma razão, será preciso conhecer se as provas já juntadas ao processo serão ou não úteis para punir os criminosos.

É claro que entre os privilégios concedidos aos irmãos Batista, ameaçados de morte, consta obrigatoriamente a garantia de segurança de suas vidas e de suas famílias. Por evidente que, para

as pessoas de bem, a delação premiada da JBS com certeza trará ao país benefícios imensuráveis. De forma que, para conhecer a que classe de pessoas pertence esses críticos será preciso rememorar as três espécies de criaturas humanas que habitam o planeta Terra: pessoas de bem, pessoas que se dão bem (vivem de privilégios) e pessoas que vivem ou podem se flagradas com o dinheiro ilícito.

A constatação de que ministros do STF e políticos tentam barrar as operações do Ministério Público e da Polícia Federal, especialmente, em não permitir a

prisão de condenados em segundo grau, merece atenção a recente advertência feita pelo ministro Luiz Barroso, do STF: "A jurisprudência não pode ir mudando de acordo com o réu", de maneira que se mostra fácil conhecer em qual espécie de seres humanos podemos enquadrar os críticos da delação da JBS.

Ainda que possa haver alguns deslizes praticados pelos operadores da operação Lava Jato e outras tantas, é dever das pessoas de bem dar o maior apoio possível aos novos paladinos da Justiça e, ao mesmo tempo, renovar a esperança perdida em nossas instituições.

“

*É dever das pessoas de bem dar o maior apoio possível aos novos paladinos da Justiça e renovar a esperança perdida em nossas instituições*

ANTONIO CARLOS CANTONI  
é advogado em Londrina

BEMPARANÁ 06 JUN 2017

# Paraná é o segundo estado que mais reduziu mortes de mulheres

Entre 2010 e 2015, a taxa de assassinatos caiu 30,2% no Estado.

Apenas o Alagoas teve um resultado melhor no período

## HOMICÍDIOS DE MULHERES

Ano	Homicídios	Taxa por 100 mil habitantes
Paraná 2010	338	6,1
Bahia 2015	244	4,3

# Paraná é "vice-campeão" na redução de mortes

Entre 2010, 2015 a taxa de assassinatos caiu 30,2%. Só Alagoas registrou queda maior

Rodolfo Luis Kowalski —

No último final de semana, mais um caso de feminicídio enlutou o Paraná. É que anteontem foi preso Enio Ivan Bertoncello, suspeito de matar a facadas no dia 31 de maio a estudante de Direito Mahara Scremin, a ex-esposa. O jovem chegou a ir ao velório da vítima e ainda postou nas redes sociais uma foto sinalizando luto pela ex. Ontem, foi preso pela Polícia Civil e confessou o crime, que teria sido motivado por ciúmes.

O caso é mais um entre tantos registrados no estado.

Entre 2010 e 2015, segundo dados do Atlas da Violência 2017, divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 1.753 mulheres foram assassinadas no Paraná. No período, apenas Bahia (2.514), Minas Gerais (2.571), Rio de Janeiro (2.311) e São Paulo (3.689) registraram mais casos.

Nem tudo, porém, é notícia negativa. É que o Paraná foi também o segundo estado do país que registrou maior queda na taxa de mulheres mortas. Com redução de 30,2%, a taxa por 100 mil habitantes passou de 6,1 em 2010,

quando houve 338 ocorrências, para 4,3 em 2015, ano em que 244 mulheres foram mortas no estado.

Entre as unidades federativas, apenas o estado do Alagoas conseguiu um resultado mais expressivo, com redução de 33,7% — a taxa caiu de 8,2 para 5,4 em seis anos, com o número de homicídios caindo de 137 em 2010 para 95 em 2015. Já no Brasil como um todo, a redução foi de 1,5% no período, com a taxa passando de 5,2 (4.477 homicídios) para 4,7 (4.621). Entre os 26 estados e o Distrito Federal, em 14 das unidades houve aumento.

### RÁPIDA

#### Feminicídio

O Brasil introduziu em seu Código Penal o feminicídio (violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição da mulher) como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Os dados do Ipea referem-se aos homicídios de mulheres como um todo.

06 JUN 2017

## BEMPARANÁ

# Polícia matou 22% a mais em 2015

Outro dado do Atlas da Violência 2017 que chama a atenção é referente à violência policial. Em 2015, as polícias do Paraná mataram 241 pessoas, um crescimento de aproximadamente 22% na comparação com o ano anterior, quando foram 198 óbitos decorrentes de intervenção policial.

Apenas as polícias de São Paulo (845), Rio de Janeiro (645) e Bahia (299) matam mais do que a paranaense. No caso paulista, porém, em 2015 houve redução de 11,5% no índice.

Para o Ipea, dados como esse demonstram que “práticas letais de agentes estatais não configuram um desvio individual de conduta, mas sim um padrão institucional de uso da força pelas polícias”. No Atlas, o instituto também aponta que, nos últimos anos, “assistimos a um realinhamento a favor desse modelo de atuação policial que permanece como um dos maiores desafios de nosso processo de consolidação democrática e de um efetivo Estado de Direito.”

## Justiça condena empresário Lirio Parisotto por agressão a Luiza Brunet

O empresário Lirio Parisotto foi condenado pela Justiça de São Paulo a cumprir um ano de prisão em regime aberto, sursis (suspensão da pena sob condições determinadas pelo juiz) por dois anos e um ano de prestação de serviço à comunidade pelo crime de lesão corporal praticado contra a atriz Luiza Brunet, sua ex-companheira. A decisão é da juíza Elaine Cristina Monteiro Cavalcanti com base no artigo 129 do Código Penal, parágrafo nono. O tipo de serviço e onde ele cumprirá ainda será determinado pela Justiça. Parisotto foi acusado de agredir a atriz em 21 de maio do ano passado, em Nova York (EUA), após uma discussão.



06 JUN 2017

BEMPARANÁ

# Depoimento de Rocha Loures à PF é adiado

Decisão beneficia presidente, que temia influência sobre julgamento no TSE

Da Redação  
com agências

A Polícia Federal informou ontem que a transferência do ex-deputado e ex-assessor do presidente Michel Temer, Rodrigo Rocha Loures (PMDB), para o presídio da Papuda será realizada amanhã. Com isso, o depoimento de Rocha Loures, inicialmente previsto para ontem, também só deve ocorrer amanhã, pouco antes da transferência. A decisão beneficia a estratégia de defesa do presidente, que temia que o depoimento do ex-assessor influenciasse o julgamento de sua cassação pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que começa hoje.

Flagrado correndo com uma mala de R\$ 500 mil em propina recebida do grupo JBS, o peemedebista está preso desde o sábado, na Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal. Com a mudança da data - inicialmente a ida para a Papuda seria ontem -, a transferência se dará em meio ao julgamento da chapa Dilma-Temer no TSE. A expectativa agora é saber se Rocha Loures será ouvido pela PF e se optará por contar o que sabe



Rocha Loures (PMDB): depoimento só amanhã

sobre os fatos ou manterá o silêncio diante os investigadores. A PF informou que não divulgará informações sobre o depoimento.

Também ontem o advogado de defesa de Loures, Cezar Bitencourt, entrou com um pedido de habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF) para que o ex-deputado seja solto. A defesa destaca ainda que a mulher de Loures se encontra no "oitavo mês de gravidez" e que não havia por que decretar a prisão preventiva, pois ele estava "praticamente recluso" em razão da exposição na mídia.

Em áudio gravado por Joesley Batista, dono da JBS, em

visita às escondidas no Palácio do Jaburu, Michel Temer indica Loures para ser seu interlocutor junto à empresa. O peemedebista afirmou, durante as gravações, que o empresário poderia tratar de qualquer assunto com o deputado.

**Influência** - O Supremo Tribunal Federal (STF) divulgou ontem a íntegra do despacho do ministro Edson Fachin, que determinou a prisão de Rocha Loures. Entre os motivos para a medida, Fachin destaca participação do ex-assessor especial do presidente em organização criminosa. Ele apontou ainda a "regularidade de imposição de prisão preventiva para inter-

romper a atuação de organizações criminosas".

Segundo ele, "a jurisprudência da Corte admite a prisão provisória com a finalidade de interromper a atuação de organizações criminosas", disse Fachin, citando precedentes do ministro Dias Toffoli em dois casos. "Os fatos se situam numa linha de desdobramento que sugere reiteração delitiva que teria se iniciado há longa data, por parte dos executivos do Grupo J&F e o então Deputado Federal Rodrigo Santos Rocha Loures", disse o ministro.

"É gravíssima a conduta narrada, considerando-se os valores em pauta e o poder de influência das autoridades envolvidas", afirmou Fachin, destacando que Rocha Loures é um político com influência no cenário nacional, até pouco tempo deputado e assessor do presidente Temer, "além de pessoa de sua mais estrita confiança, como declarado em áudio captado". Fachin também negou que Rocha Loures possa ter sido preso para delatar.

Franklin de Freitas

06 JUN 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

# Defesa de Rocha Loures pede liberdade ao STF

Advogados argumentam que ex-deputado não apresenta risco

A defesa do ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) apresentou ontem (5) pedido de liberdade ao Supremo Tribunal Federal (STF). Loures foi preso no último sábado (3), por determinação do ministro Edson Fachin, e está detido na Superintendência da Polícia Federal em Brasília.

O ex-deputado foi flagrado pela Polícia Federal (PF) recebendo uma mala com R\$ 500 mil na Operação Patmos, investigação baseada na delação premiada da JBS. O ministro atendeu a um pedido feito pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Segundo o procurador, a prisão de Loures é "imprescindível para a garantia da ordem pública e da instrução criminal".

O pedido foi feito após o ex-ministro da Justiça Osmar Serraglio voltar para o cargo de deputado federal pelo PMDB do Paraná. Com o retorno, Loures, que era suplente de Serraglio, perdeu o foro privilegiado. ■

# TRIBUNA DO PARANÁ

# NA

# BERLINDA

06 JUN 2017

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) inicia hoje a partir das 19h, o julgamento da fase final do processo proposto pelo PSDB em que acusa a chapa da campanha de Dilma Rousseff e Michel Temer de 2014 de prática de abuso de poder político e econômico. Não há previsão de término do julgamento, pois um pedido de vista - mais tempo para analisar o caso -, que pode ser solicitado a qualquer momento após a leitura do voto do relator, ministro Herman Benjamin, postergaria a conclusão do processo. Estão previstas quatro sessões, as primeiras às 19h da terça, 6, e às 9h da quarta-feira, 7, e as duas últimas na quinta-feira, 8, às 9h e às 19h.

A sessão inicia com a leitura do relatório de Benjamin, com o resumo das diligências, depoimentos e provas coletados, perícias e providências solicitadas. Depois, o presidente da corte,

**Defesa de Temer pode entrar com recurso. Neste caso, caberia ao relator aceitar ou não. Se for aceito, o presidente ganharia mais 60 dias no cargo.**

Gilmar Mendes, concederá a palavra aos advogados da acusação (PSDB) e da defesa, que terão 15 minutos cada para falarem. A seguir, o representante do Ministério Público Eleitoral poderá se manifestar, sem limite de tempo.

Após as sustentações da defesa e acusação, serão apresentadas questões preliminares propostas pela defesa para análise no plenário. A principal delas é a que questiona se têm validade jurídica para o julgamento as delações da Odebrecht e do ex-marqueteiro do PT João Santana e sua mulher,

Mônica Moura. As defesas de Dilma e Temer devem se manifestar a favor de que essas delações excederiam o "objeto inicial da denúncia".

As revelações feitas por executivos e ex-executivos da Odebrecht e pelo casal são consideradas cruciais para indicar a responsabilidade dos candidatos e o desequilíbrio nas eleições de 2014. Os delatores falam em compra de partidos para integrar a base da apoio do PT e PMDB.

Após as preliminares, o ministro Benjamin apresentará o seu voto. A expectativa é de que ele vote pela condenação da chapa Dilma-Temer. A seguir, votam os ministros Napoleão Nunes Maia, Admar Gonzaga, Tarcísio Vieira, Rosa Weber, Luiz Fux e Gilmar Mendes, nesta ordem.

Caso a decisão do tribunal seja pela cassação da chapa Dilma-Temer, a defesa do presidente Michel Temer pode entrar com recursos.

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Julgamento da chapa Dilma-Temer deve parar Congresso

O início do julgamento da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), previsto para esta terça-feira (6), deverá reduzir o ritmo dos trabalhos no Congresso Nacional nesta semana. A expectativa é que os parlamenta-

res da base e da oposição acompanhem todas as etapas: a leitura do relatório do ministro Herman Benjamin, a argumentação das partes (acusação, defesa e Ministério Público) e os votos dos ministros.

Pela previsão inicial do

TSE, o julgamento deverá terminar somente na noite de quinta (8). Integrantes do PSDB, principal aliado do Palácio do Planalto, já articulam nos bastidores o desembarque do governo se o TSE decidir condenar o presidente. ●

06 JUN 2017

# TRIBUNA DO PARANÁ

## TRIBUNINHAS

### **DELAÇÕES**

A delação dos executivos do Grupo J&F deve abrir uma nova temporada de acordos de colaboração premiada na Operação Lava Jato. Investigadores e advogados esperam um crescimento no número de candidatos a colaboradores, em especial políticos e assessores, que podem ampliar denúncias contra o PT e o presidente Michel Temer.

### **QUESTIONAMENTOS**

A Polícia Federal encaminhou 84 perguntas para o presidente Michel Temer responder acerca do áudio de uma conversa gravada entre ele e o empresário Joesley Batista, sócio do grupo J&F, que controla a JBS. As questões fazem parte do inquérito autorizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contra o presidente, que é investigado pelos crimes de corrupção passiva, organização criminosa e obstrução da Justiça com base na delação premiada de executivos da JBS.

### **PEDIDO**

A defesa do ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (foto) entrou com um pedido de habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF) para que o ex-assessor especial do presidente



Michel Temer, preso no sábado, 3, seja solto imediatamente. Na peça, o advogado Cezar Bitencourt acusa o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF, de decretar a prisão de Loures "na calada da noite", determinando que a Polícia Federal fosse à residência do ex-deputado às 6h da manhã de sábado, sem submeter a decisão ao colegiado.